

ASSESSORIA JURÍDICA

PARECER N.º 448-2023

PROCESSO 305-2023 – PARCERIAS OSC

REQUERIMENTO DE PARECER JURÍDICO. PROJETO PROPOSTO PELA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (OSC) CTG RANCHO DOS TROPEIROS, PARA FORMA-LIZAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO. RE-PASSE DE RECURSOS DESTINADOS VIA EMENDAS LEGISLATIVAS DA CÂMARA DE VEREADORES. PROJETO “INSTALAÇÃO ELÉTRICA, QUADRO DE COMANDO E CAI-XA D’ÁGUA” PARA REALIZAÇÃO DE ME-LHORIAS ESTRUTURAIS NA SEDE DA EN-TIDADE. INCIDÊNCIA DA LEI 13.019/14. INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO. POSSIBILIDADE.

O Sr. Secretário da Administração encaminhou a esta Assessoria, em 16/12/2022, os Autos do Processo 305-2023 – PARCERIAS OSC, indagando sobre a possibilidade da operacionalização do Projeto “**INSTALAÇÃO ELÉTRICA, QUADRO DE COMANDO E CAIXA D’ÁGUA**”, para realização de melhorias estruturais na sede da entidade, mediante formalização de Termo de Fomento, com repasse de recursos no valor R\$ 27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais), destinados via Emendas Legislativas da Câmara de Vereadores à Lei Orçamentária.

Consta dos Autos a Reserva de Dotação Orçamentária para o ano de 2023, estando contida na Ação nº 2087 (Apoio Cultural a Eventos e entidades Diversas), Despesa nº 4.4.50.42 (Auxílios), Recurso 1 (Recurso Livre), FR 500 (Recursos não vinculados de Im-postos).

De posse das informações, esta Assessoria passa a analisar a questão.

Pelas características da entidade proponente do projeto, a qual é Organização da So-ciedade Civil, que desempenha atividades amplamente reconhecidas pela comunidade,

voltadas às tradições gaúchas, além de haver designação dos recursos via emendas à Lei Orçamentária Municipal exclusivamente à entidade, é caso da aplicação do Art. 29, da Lei 13.019, sendo inexigível o chamamento público, conforme colacionamos abaixo.

Art. 29. Os termos de colaboração ou de fomento **que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais** e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)
(Grifamos)

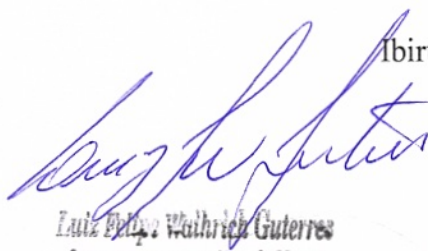
Consta dos Autos, expressa declaração da Secretaria Municipal da educação dando conta do interesse público, conforme Memorando Interno SECTD 1577/2023, datado de 24/11/2023.

Salienta-se ainda que, embora a inexigibilidade da realização do chamamento público, a entidade deverá adequar-se às regras estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/14 (Lei do Marco Regulatório) quanto aos procedimentos e prestação de contas, uma vez que não são dispensadas as demais obrigações impostas pela Lei.

Ainda, para fins de validade, será necessária a justificação da não realização do chamamento público.

Salvo melhor juízo, é o parecer que encaminhamos à consideração superior.

Ibirubá/RS, 08 de dezembro de 2023.



Luiz Felipe Walther Guterres
Assessor Jurídico
OAB-RS nº 86.826